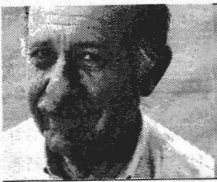


O Brasil na recessão



PAUL
SINGER

De todas as medidas do PIB no segundo trimestre a mais expressiva é sem dúvida a que o compara com o trimestre anterior. E esta medida é negativa, registra um recuo de 0,99% do Produto Interno Bruto brasileiro. Ele é expressivo porque até então o produto vinha crescendo durante quase dois anos. Houve, como ficou evidente, uma completa reversão de tendência. O governo reagiu a ela declarando-se surpreendido, como se fosse um acidente de percurso. Só que a vinda da recessão estava nítida desde março, quando o BC começou a elevar a taxa de juros e tornou-se inegável quando o governo (também surpreendido) anunciou que todos consumidores de energia elétrica — empresas e famílias — teriam que reduzir o seu consumo em 20% a partir de junho. Com a

elevação contínua dos juros e a crise de energia, o que é que o Presidente da República e do Banco Central esperavam?

O corte do consumo das empresas elimina qualquer possibilidade de aumento da produção e portanto as inversões necessárias para aquele aumento. Ao mesmo tempo, os consumidores, castigados por juros maiores e corte de eletricidade, reduziram drasticamente as compras de automóveis, eletrodomésticos e outros duráveis. Seria um milagre ou um erro de conta se a computação do PIB trimestral desse outro resultado do que o anunciado. A pergunta que inquieta a todos é: por quanto tempo? O Brasil passará por uma recessão tênue e rápida ou devemos nos preparar para algo pior?

A resposta teria de dar conta de dois fatores: a crise de energia e a crise cambial. Quanto à primeira, as inversões em geração, que deixaram de ser feitas nos últimos anos, terão de acontecer a partir de agora rapidamente; mesmo assim, é duvidoso que permitam em breve uma retomada plena do crescimento do consumo. E se a recessão se aprofundar, a demanda por energia pode cair. A Cali-

fórnia, que sofreu apagões sucessivos, comprou energia em excesso e agora vai ter que vendê-la, provavelmente com prejuízo. A recessão econômica lá certamente tem a ver com isso. No nosso caso, se as inversões em geração tiverem de ser privadas, a própria recessão pode representar um óbice.

Mas, é a crise cambial o verdadeiro nó górdio. A balança comercial brasileira só entra no preto quando a economia está em recessão, porque as importações diminuem enquanto muitos produtos (em grande medida por falta de demanda interna) acabam sendo vendidos no exterior. É possível que a forte desvalorização do real frente ao dólar suscite alguma substituição de importações, o que seria duplamente favorável, porque, além de conter o déficit em conta corrente, ajudaria a elevar o nível de produção e de emprego. Conclusão: pode-se esperar uma melhora da balança comercial nos próximos trimestres.

Porém, na mesma medida em que a recessão alivia a crise cambial, ela agrava a crise fiscal. Com a queda do valor das transações, a receita pública cairá e ao

mesmo tempo aumentará a pressão sobre o Tesouro para expandir o gasto com seguro-desemprego, cestas básicas, bolsas-escola etc. É fácil visualizar este panorama, basta olhar para a Argentina. A recessão terá efeitos devastadoras sobre os assalariados e sobre as empresas, já fragilizadas pela alta dos juros. As falências de firmas se somam à inadimplên-

Ou nos livramos desta dependência externa ou o desenvolvimento econômico ficará para as calendas gregas

cia dos que perdem os empregos. Não se pode excluir a possibilidade que o Tesouro tenha que amparar bancos, empresas e demitidos. É claro que tudo isso aumenta o déficit público, o qual por sua vez expande a dívida pública, considerada alta demais pelos credores.

Se o governo tivesse liberdade para agir, poderia abreviar a recessão mediante a expansão do gasto público cor-

rente e de capital. Um programa vigoroso de ampliação do sistema elétrico seria extremamente oportuno, sem falar da construção de casas populares, creches, cadeias etc. Mas, o governo teve o cuidado de se amarrar a metas de austeridade fiscal através do acordo com o FMI. Terá portanto de assistir passivamente o agravamento da recessão, inclusive como resultado dos cortes de despesas públicas que o Fundo e o “mercado” lhe imporão. Esta é a lógica da dependência financeira externa. De la Rua e Cavallo sabem que a única saída para a Argentina é voltar a crescer; mas o que fazem incessantemente, para agradar o “mercado”, é cortar gastos, inclusive com salários e aposentadorias.

Ainda falta algum tempo para o Brasil chegar a esta situação. Mas a direção em que enveredamos é esta. Ou nos livramos desta dependência ou o desenvolvimento ficará para as calendas gregas.

Paul Singer, economista, ex-secretário municipal do Planejamento de São Paulo (na gestão de Luiza Erundina), é professor titular da FE A-USP.
E-mail: singerpi@usp.br